



LEGIBILIDADE NAS PRESCRIÇÕES MÉDICAS: UMA QUESTÃO DE FORMAÇÃO, RESPEITO E EMPATIA

Giana Alves¹, Janice Drehmer Ehrhardt², Ieda Márcia Donati Linck³.

Resumo: Este estudo foi desenvolvido no Projeto de Leitura e Escrita na Disciplina de Produção Textual, na Universidade de Cruz Alta – em 2019. Buscou-se discutir sobre a ilegibilidade nas prescrições médicas, o que pode acarretar em erros de dispensação, com problemas aos pacientes. A pesquisa é uma revisão de literatura, com enfoque em bases de dados físicos e eletrônicas de artigos científicos, teses e dissertações. Tem-se como pergunta norteadora: Quais as questões que envolvem continuidade a ilegibilidade na prescrição médica, apesar das leis que a regem? Caracterizado como produto farmacêutico, o medicamento possui finalidade profilática, curativa, paliativa e para fins de diagnóstico. Dada importância a estes fins, é necessária uma prescrição médica para a comercialização, dispensação e interpretação do tratamento farmacológico dirigido ao paciente. Inúmeras vezes ocorrem erros ao prescrever o fármaco, conseguindo erros de dispensação e tratamento farmacológico. Assim, não há dúvida de que a ilegibilidade das prescrições acarreta sérias consequências ao paciente, podendo chegar à morte. Em estudo, analisou-se que as prescrições médicas podem ser classificadas em legível, pouco legível e ilegível, como também a ausência do nome do paciente, medicamento, posologia e abreviaturas são frequentes nos receituários médicos. É reconhecido que prescrições médicas legíveis possuem papel ímpar na prevenção de erros de medicação e, sabe-se que tais erros podem decorrer de prescrições ambíguas, ilegíveis ou incompletas, que ocasionam sérios danos ao paciente. Os riscos de erros de medicação aumentam na medida em que profissionais da saúde não conseguem ler corretamente as prescrições. Apesar da informação acerca dos medicamentos constituir uma condição básica para a adesão ao tratamento, não se tem prestado atenção suficiente no momento de seu fornecimento, nas diversas situações de atendimento ao paciente, incluindo a consulta médica e a dispensação do medicamento. Os erros existem, são muitos e significativos. Para se obter uma boa prescrição é necessário seguir rigorosamente as normas impostas pelas legislações, pois a legibilidade das receitas é obrigatória desde 1973, através da Lei Federal n.º 5.991, que diz, no artigo 35, alínea A, que somente será aviada a receita que estiver escrita de modo legível. Além de infringir uma Lei Federal, ao escrever de forma ilegível, o médico também está ferindo o Código de Ética Médica. O capítulo III, artigo 11, veda ao médico receitar, atestar ou emitir laudos de forma secreta ou ilegível. Os centros de saúde vêm alertando à necessidade urgente de se melhorar os aspectos educacionais relacionados às prescrições médicas frente ao paciente e aos fármacos prescritos, para, assim, reduzir/sanar os erros, como também facilitar o trabalho dos profissionais que dispensam o medicamento. Dar legibilidade a uma prescrição medicamentosa é uma questão que perpassa, minimamente, por respeito ao paciente e empatia ao dispensador.

Palavras-chave: Medicamentos. Prescrição. Legibilidade. Formação.

¹ Acadêmica do 8º semestre de Farmácia da Unicruz. E-mail: giana.alves@hotmail.com

² Acadêmica do 6º semestre de Farmácia da Unicruz. E-mail: cfjacuizinho@hotmail.com

³ Orientadora. Doutora em Linguística UFSM e UA- Portugal. Mestre em Educação Uninorte/PY. Mestre em Linguística/UPF. Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Coordenadora Proenem/Unicruz. Membro do GEL e NEPPS/Unicruz. E-mail: imdlinck@gmail.com